

As Leis da Investigação Física (1820)

Thomas Brown (1778-1820)

Trechos de BROWN, T. (1820), *Lectures on the philosophy of the human mind*. Edinburgh: W. & C. Tait, vol. I, lecture 9, part 1: “Recapitulation of the four preceding lectures”, pp. 129-135. O texto é recomendado por John Stuart Mill: “A doutrina e o espírito da filosofia de Brown são inteiramente positivistas, e ainda não foi produzida nenhuma melhor introdução ao positivismo do que a primeira parte de seus *Lectures*” (MILL, J.S. [1865], *Auguste Comte and positivism*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 1961, p. 8). Texto original disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/43116/43116-h/43116-h.htm>

Tradução automática revisada feita por Osvaldo Pessoa Jr. para o curso de Filosofia e História da Ciência Moderna, FFLCH, USP, 2025. O sublinhamento de algumas palavras foi introduzido pelo tradutor.



Thomas Brown, gravura meia tinta feita por H. Cousins, 1845, a partir de pintura de G. Watson.

[129] Por várias Palestras, Senhores, temos nos empenhado em considerar os objetos que devem ser tidos em vista, na Investigação Física em geral, uma concepção clara do que me parece tão essencial para a Filosofia da Mente, quanto para a Filosofia da Matéria. Devo agora aplicar essas observações gerais mais particularmente à nossa própria ciência; mas, antes de fazer isso, pode ser vantajoso refazer um pouco nossos passos no progresso já feito.

Vimos que toda investigação, com relação às várias substâncias da natureza, deve considerá-las como existindo no *espaço*, ou como existindo no *tempo* – a investigação, em um caso, sendo em sua composição; a investigação, no outro caso, nas mudanças que elas exibem. Encontramos que a primeira dessas visões é muito simples, tendo, por objeto, apenas a descoberta do que está realmente diante de nós no momento – o que, portanto, se tivéssemos sido dotados de sentidos de maior delicadeza e agudeza, poderíamos ter sabido sem qualquer investigação. Trata-se da investigação dos elementos, ou corpos separados, que existem juntos, nas substâncias que consideramos, ou melhor, que constituem as substâncias que consideramos, ocupando o espaço que atribuímos ao agregado imaginário, e são considerados por nós como uma substância, não de qualquer unidade absoluta que eles tenham na natureza – já que os átomos elementares, por mais contínuos ou próximos que sejam, têm uma existência tão verdadeiramente separada e independente, como se tivessem sido criados à distância dos mundos –, mas de uma unidade que é relativa apenas à nossa incapacidade de distingui-los como [130] separados. É à imperfeição de nossos sentidos, então, que esta primeira divisão da Investigação Física deve sua origem; e seus resultados mais completos poderiam nos permitir descobrir apenas o que está diante de nossos olhos desde o momento de nosso nascimento.

Encontramos que a segunda divisão da investigação – aquela que se refere às sucessões dos fenômenos no tempo –, no entanto, tem uma origem diferente; dado que a perfeição máxima de nossos meros sentidos só poderia nos mostrar o que *é*, no momento da percepção, não o que *foi*, nem o que *será*; e não há nada em quaisquer qualidades de corpos percebidas por nós que, sem a experiência, poderia nos permitir prever as mudanças que ocorrerão neles. Encontramos que o fundamento de toda investigação, com relação aos fenômenos enquanto sucessivos, é aquela mais importante lei, ou tendência original, de nossa natureza, em consequência da qual não apenas percebemos as mudanças exibidas a nós em um determinado momento, mas a partir dessa percepção, somos levados irresistivelmente a acreditar que mudanças semelhantes *ocorreram* constantemente, em todas as circunstâncias semelhantes, e *ocorrerão* constantemente, sempre que as circunstâncias futuras forem exatamente semelhantes às presentes. Portanto, consideramos os eventos, não como casualmente antecedentes e consequentes, mas como invariavelmente antecedentes e consequentes – ou, em outras

palavras, como causas e efeitos; e damos o nome de *poder* [power] a essa relação permanente do antecedente invariável com seu conseqüente invariável. Os poderes das substâncias, então, sobre os quais prevalecem tantas noções vagas, confusas e misteriosas, são apenas outro nome para as próprias substâncias em relação a outras substâncias – não qualquer coisa separada delas e intermediária, como a *forma* de um corpo, a respeito da qual também, por muitas eras, prevaleceram noções vagas e misteriosas, e que não é nada diferente do corpo, mas é apenas o próprio corpo, considerado de acordo com a posição relativa de seus elementos. A forma é a relação de proximidade imediata que os corpos têm uns com os outros no *espaço*; – o poder é a relação de proximidade imediata e uniforme, que os eventos têm uns com os outros no *tempo*; e a relação, longe de ser diferente, como comumente se supõe, quando aplicada à matéria e ao espírito, é precisamente a mesma em espécie, se os eventos, nos quais pensamos, são materiais ou imateriais. É da mesma antecedência invariável que falamos em ambos os casos, e apenas de antecedência invariável. Quando dizemos que um ímã tem o poder de atrair ferro, [131] queremos dizer apenas que um ímã não pode ser aproximado do ferro, sem o movimento instantâneo do ferro em sua direção. Quando dizemos, ao tratar da influência *mental*, que o homem, nas circunstâncias normais de saúde, e quando livre de qualquer restrição estranha, tem o poder de mover a mão, queremos dizer apenas que, nessas circunstâncias, ele não pode querer mover a mão sem o movimento conseqüente. Quando falamos da onipotência do Supremo dos Seres – que é a fonte de todo poder, assim como ele é a fonte de toda existência –, queremos dizer apenas que o universo surgiu sob seu comando, como sua conseqüência instantânea, e que tudo o que ele *deseja* que exista ou pereça, existe ou não existe mais.

Essa simples visão do poder, como meramente a própria substância antecedente, em sua relação com suas conseqüências imediatas e invariáveis, sem a intervenção de qualquer elo misterioso – uma vez que certamente não pode haver nada na natureza, salvo todas as substâncias que existem na natureza –, foi preciso ilustrar, longamente, em conseqüência das noções muito falsas, que são geralmente, ou, posso dizer, universalmente prevalentes no assunto. As ilustrações, estou ciente, devem ter parecido muito tediosas para muitos de vocês, tendo sido uma exemplificação suficiente daquela licença de exaurir ocasionalmente sua atenção, e talvez, também, sua paciência, da qual reivindiquei o direito de exercer, sempre que me parecesse necessário, para tornar qualquer verdade importante, mas abstrata, familiar à sua mente. Não me arrependo, no entanto, de qualquer sentimento temporário de cansaço que eu possa ter ocasionado, ao me deter neste grande assunto fundamental, se tiver conseguido tornar familiares às suas mentes as verdades que desejei imprimir nelas e libertar vocês dessas falsas noções de agência oculta e ininteligível nas causas – como algo diferente das próprias meras causas ou antecedentes –, que me parecem ter retardado, em um grau muito singular, o progresso da filosofia. [Tal atraso ocorreu] não meramente habituando a mente a concordar com o uso da linguagem, à qual ela não atribui verdadeiramente nenhum significado – embora mesmo esse mal seja um dano muito sério em seus efeitos gerais –, mas ao desviar suas investigações e conduzi-las, da simplicidade da natureza – na qual todo olhar é verdade e cada passo é progresso –, para se confundir com os mistérios verbais das escolas, onde não há refresco de verdade para os olhos, que ficam cansados de vagar apenas de sombra em sombra, e onde [132] há todo o cansaço do progresso contínuo sem o avanço de um único passo.

Mesmo aqueles filósofos que tiveram a sabedoria de perceber que o homem nunca pode descobrir qualquer coisa nos fenômenos da natureza, salvo uma sucessão de eventos que se seguem em série regular – e que, portanto, recomendam a observação e o arranjo desses antecedentes e conseqüentes regulares, como os únicos objetos alcançáveis da filosofia –, ainda assim fundam este mesmo conselho na distinção entre o que eles chamam de causas eficientes e (o que colocam como diferentes) as causas físicas, ou antecedentes simples, aos quais eles nos aconselham a dedicar toda a nossa atenção. Haveria certas *causas secretas*, dizem eles, operando continuamente na produção de todas as mudanças que observamos, e causas que são as únicas que merecem o nome de eficientes; mas eles são, ao mesmo tempo, cuidadosos em nos dizer que, embora essas causas estejam constantemente operando diante de nós, e sejam todas as que estão realmente agindo diante de nós,

não devemos esperar que algum dia sejamos capazes de detectar uma delas; e, de fato, a proibição de toda tentativa de descobrir as causas eficientes dos fenômenos – repetida em infinitas variedades de preceito ou repreensão – é o fundamento de todas as suas regras de filosofar; como se a própria informação – de que o que devemos considerar exclusivamente, nos fenômenos da natureza, é muito menos importante do que o que devemos omitir cuidadosamente – não fosse, por si só, mais poderosa em estimular nossa curiosidade para tentar a busca proibida, do que qualquer proibição poderia ser em reprimi-la. “*Felix qui potuit rerum cognoscere causas*” [feliz aquele que pôde conhecer as causas das coisas; do poeta romano Virgílio]. Esse será para sempre o sentimento do inquiridor, enquanto pensa que existem causas, a mais do que aquelas que ele já investigou. Até o próprio Newton, o mais sábio dos observadores e raciocinadores, que pôde dizer, com a simplicidade da filosofia pura, “*Hypotheses non fingo*” [não invento hipóteses], ainda sim mostrou, como vimos, por uma das mais hipotéticas de suas Perguntas, que ele não estava isento do erro que desejava desencorajar – aquele amor excessivo pelo desconhecido, o que deve sempre levar aqueles, que acreditam que há algo intermediário e não descoberto existindo verdadeiramente entre os eventos, a sentir a insatisfação ansiosa da investigação incompleta, ao considerar os meros antecedentes e consequentes que a natureza exhibe, e a se voltar, portanto, como se para conforto, a qualquer terceira circunstância que possa ser introduzida sem absurdo óbvio, como [133] uma espécie de elo de conexão entre os pares de eventos. Supor que a mente não teria essa disposição seria, de fato, supor que ela é desprovida daquele princípio de curiosidade, sem o qual não pode haver investigação de qualquer espécie. Aquele que pudesse acreditar que, entre todos os fenômenos visíveis, há certas agências invisíveis operando continuamente, que têm uma existência tão real quanto tudo o que ele percebe, e ainda poderia se contentar em numerar os fenômenos visíveis e dar-lhes nomes, sem qualquer esforço para descobrir os poderes intervenientes, pelos quais ele estaria constantemente cercado, ou pelo menos para formar um ligeiro *palpite* [*guess*], quanto àquela maquinaria universal, pela qual ele concebeu que todas as maravilhas da natureza fossem realizadas, deve ser um ser tão diferente dos seres intelectuais comuns desta terra, quanto o sábio perfeito dos estoicos [seria diferente] das criaturas frágeis, de vício e virtude misturados, que vivem e erram ao nosso redor. Que, ao considerar os fenômenos da natureza, devemos limitar nossa atenção aos meros antecedentes e consequentes que se sucedem em séries regulares, é inquestionavelmente o conselho mais prudente que pode ser dado. Mas este é um bom conselho – por essa razão mais do que por qualquer outra – porque a série regular é, na verdade, tudo o que constitui os fenômenos, e procurar qualquer coisa a mais não é ter um objeto inatingível em vista, mas não ter nenhum objeto concebível. Só *então* se pode esperar que o investigador se contente em observar e classificar as sequências que a natureza nos apresenta espontaneamente, ou em obediência à nossa arte, quando ele está convencido de que todas as substâncias que existem no universo – Deus e as coisas que ele criou – são todas as coisas que realmente existem no universo, ao qual nada pode ser acrescentado, a não ser que seja em si uma substância *nova*; que não pode haver nada nos eventos da natureza, portanto, que não sejam os antecedentes e consequentes que estão presentes neles; e que estes, portanto, ou nada, são as próprias causas e efeitos que ele deseja investigar.

Após esse exame das noções relacionadas com as sucessões uniformes de eventos, nossa atenção voltou-se para a natureza e a origem da *investigação hipotética*, que encontramos motivos para atribuir à imperfeição de nossos sentidos, que torna impossível para nós sabermos se observamos toda a série de sequências em qualquer fenômeno, por conta de nossa incapacidade de distinguir [134] os vários elementos que podem ser objeto de mudanças mínimas não observadas.

Estamos, portanto, ansiosos para suprir, por meio de um pouco de adivinhação da fantasia, as partes não observadas, e supor deficiências em nossa observação onde pode realmente não ter havido nenhuma; até que, finalmente, por esse processo habitual, todo fenômeno se torna, para nossa imaginação, o sinal de algo *intermediário* como sua causa, cuja descoberta deve ser uma explicação do fenômeno. A mera sucessão de um acontecimento a outro parece-nos, muito difícil de ser concebida, porque quer aquela coisa interveniente, que aprendemos a considerar como uma causa; mas parece não haver mais *mistério*, se pudermos apenas supor algo intervindo entre eles, e assim conseguirmos dobrar

a dificuldade, que nos lisonjeamos de ter removido; uma vez que, pela inserção de outro elo, devemos agora ter duas sequências de eventos em vez de uma sequência simples. Essa tendência da imaginação de formar e repousar em hipóteses – ou, em outras palavras, de supor substâncias presentes e em operação, de cuja existência não temos prova direta – encontramos ser uma grande fonte de erro em nossa prática de filosofar.

Encontramos que outra fonte de erro é a *extensão muito grande* do que é chamado de leis gerais; que, embora seja um erro menor em si mesmo, é ainda, em um aspecto, mais perigoso do que o primeiro; porque é o erro de melhores entendimentos – de entendimentos que não cairiam prontamente nas loucuras extravagantes das hipóteses, mas reconhecem a importância essencial da indução e pensam que estão procedendo sem o menor desvio, quase no exato momento em que a abandonam em troca de conjecturas. Observar a série regular de antecedentes e consequentes, e classificá-los como semelhantes ou diferentes, é tudo o que os filósofos podem fazer com total certeza. Mas há uma tendência constante na mente de converter uma lei *geral* em uma lei *universal* – supor, após uma ampla indução, que o que é verdade para muitas substâncias que têm uma analogia muito marcante, é tão certamente verdade para *todas* as que tenham essa analogia marcante – e que o que é verdade para elas em *certas* circunstâncias, seria verdade para elas em *todas* as circunstâncias – ou, pelo menos, em todas as circunstâncias que não são notavelmente diferentes. A indução mais ampla que podemos fazer, no entanto, ainda é limitada em sua natureza; e, embora possamos ter observado [135] substâncias em muitas situações, pode haver algumas situações novas, nas quais o evento pode ser diferente, ou mesmo, talvez, o oposto do que teríamos previsto, raciocinando a partir da mera analogia de outras circunstâncias. Pareceu-me necessário, portanto, em consequência da maneira muito ambígua pela qual os escritores deste ramo superior da lógica falam do raciocínio de leis gerais para particulares, avisar a você que a aplicação aos particulares pode ser feita com certeza, apenas aos próprios particulares antes observados e generalizados – e que, por mais análogos que outros detalhes possam parecer, a aplicação da lei geral a eles admite apenas *probabilidade*, que pode, de fato, à medida que a indução for mais ampla e as circunstâncias da analogia observada mais numerosas, aproximar-se mais ou menos da certeza, mas deve sempre ficar aquém dela, mesmo em sua aproximação mais próxima.